

DOSSIÊ  Oportunidades na Amazônia

Novo modelo dinamiza economia

Um banco genético de valor incalculável e grandes jazidas de minérios, gás e petróleo abrem caminho para negócios na Amazônia Ocidental

Aldo Renato Soares de Manaus

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) está concluindo um amplo estudo sobre as potencialidades econômicas da Amazônia Ocidental. O objetivo é criar novas oportunidades de geração de emprego e renda em todos os estados da região, desenvolvendo atividades auto-sustentadas.

Até hoje, a Suframa esteve envolvida com o projeto original da Zona Franca de Manaus, de estruturar na capital amazonense um pólo industrial - baseado na concessão de incentivos fiscais e voltado para o mercado interno. A meta foi alcançada, mas, a partir de 1990, com a abertura da economia, o projeto sofreu um sério revés com a concorrência dos produtos importados.

Criada em 1967 para administrar os incentivos fiscais e atrair investimentos para a Amazônia Ocidental, a Suframa está agora buscando novas alternativas para o desenvolvimento da região, assumindo a tarefa de promover a atração de investimentos e oferecer apoio aos investidores. A prioridade imediata é explorar o imenso estoque de recursos naturais, representado por 20% das reservas de água doce do mundo, um banco genético de valor incalculável e grandes jazidas de minérios, gás e petróleo, além da vocação natural do turismo.

Uma das áreas mais promissoras é a mineração. A Amazônia Ocidental é rica em nióbio, gás e petróleo, sais de potássio, ouro, calcário, gipsita e carvão. No estado do Amazonas, as reservas mais importantes são de nióbio, no morro dos Seis Lagos, no rio Negro, com três milhões de toneladas. Em Coa-

ri, no Rio Urucu, há reservas comprovadas de 50 milhões de metros cúbicos de gás natural, associado a petróleo de alta densidade. A Petrobras está explorando o gás de Coari e construindo um gasoduto até Tefé, de onde o produto será embarcado em balsas até Manaus.

As grandes jazidas de ouro estão localizadas nos afluentes da margem esquerda do Alto Rio Negro, nas fronteiras com a Colômbia e Venezuela. Nos rios Nhamundá e Jatapu, há reservas de 340 milhões de toneladas de calcário e dois milhões de toneladas de gesso. No Alto Solimões, as pesquisas geológicas indicam depósitos de 36 bilhões de litros de carvão fóssil.

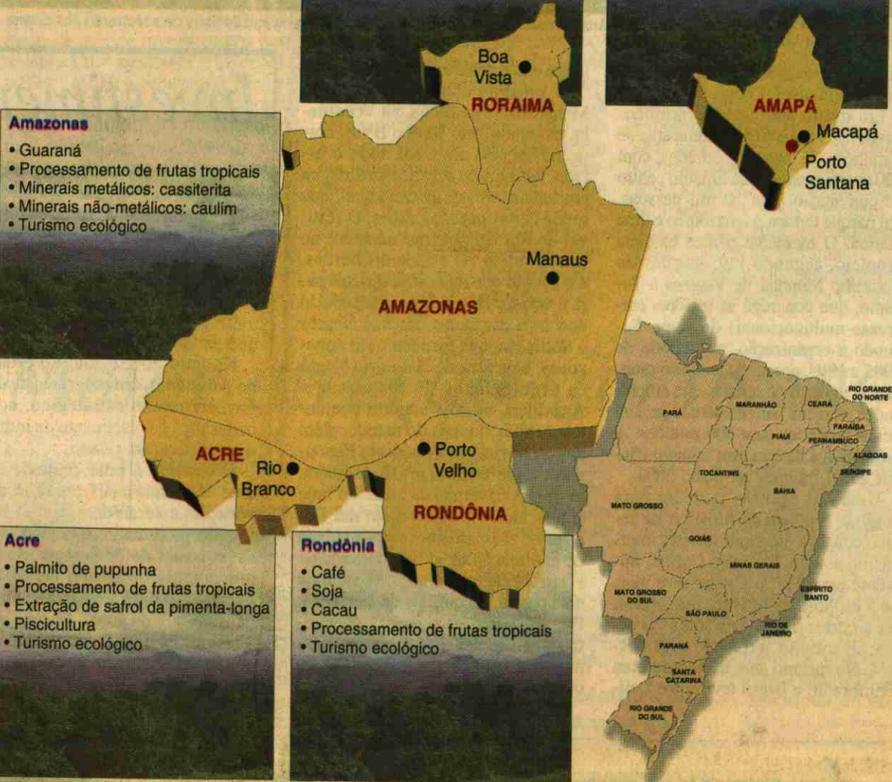
A piscicultura, fruticultura, agroindústria e turismo, hoje explorados de forma incipiente, deverão constituir segmentos importantes da economia regional. No estado do Amazonas já existem projetos de criação de tucunará, tartarugas e jacaré-tinga. A cultura da palma de dendê deverá crescer nos próximos anos em toda a Amazônia Ocidental, aproveitando as condições privilegiadas de solo e clima.

No estado do Acre, duas atividades econômicas tradicionais, o extrativismo da borracha e da castanha, praticamente desapareceram com a acentuada queda de preços. Em compensação, cresceu a importância da pecuária e a cultura da pimenta-longa surge como potencial. As empresas italianas Pirisa Piretto e Geroma do Brasil estão investindo R\$ 135 mil na pesquisa para o cultivo da planta, que fornece o safrol - óleo extraído das folhas da planta.

O estudo prevê uma ampla parceria entre a Suframa, os governos estaduais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Na-

Diversidade

Exemplos de algumas das atividades que podem ser desenvolvidas na região



cional de Pesquisa Amazônica (Inpa), universidades e bancos regionais. Algumas atividades econômicas potenciais, como a mineração, têm alto impacto ambiental e deverão ser monitoradas, como acontece atualmente com as madeiras.

A Embrapa possui mais de 300

pesquisadores na Amazônia Ocidental. Sua estação experimental no Distrito Agropecuário da Suframa se dedica à geração de tecnologia para apoiar o desenvolvimento da cultura do dendê. Apesar de não ser nativo da região, o dendê está se adaptando bem às con-

dições de clima e solo da Amazônia, oferecendo boas perspectivas para os investidores. O setor de turismo talvez seja o mais promissor a curto prazo na Amazônia Ocidental. O festival do Boi Bumbá, que acontece todos os anos, no fim de junho, na cidade de

Parintins, é o evento responsável pelo maior fluxo de turistas para o estado do Amazonas. Existem ainda os atrativos do encontro das águas dos rios Negro e Solimões, que formam o rio Amazonas, e na área do Baixo Rio Negro os arquipélagos de Mimirauá e Anavilhanas, os dois maiores conjuntos de ilhas fluviais do mundo, o Parque Nacional do Jaú, o Parque Estadual do Rio Negro e centenas de cachoeiras de Presidente Figueiredo, onde encontram-se também as únicas cavernas de areia até hoje conhecidas.

Só no estado do Amazonas funcionam mais de uma dezena de hotéis de selva. No Acre, além das florestas e rios, existe a oportunidade de exploração turística da extinta Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, construída no auge da cultura da borracha, no início do século.

Em Roraima, as atrações turísticas concentram-se nas savanas e nos campos naturais, que abrigam tropicais de cavalos selvagens. O estado concentra a maior população indígena da Amazônia Ocidental, como as tribos Wapixana, Makuxi e Ingariquo. No noroeste, a paisagem rica em floresta tropical, rios e lagos é habitada pela tribo lanomami, que preserva seus traços culturais em reserva protegida pelo governo.

Próximo à cidade de Caracará, descendo o Rio Branco, as corredeiras do Bem-Querer são ideais para a prática da canoagem. Na área, que conta com uma infinidade de lagos naturais, o turismo é pouco explorado. A única exceção é o lago de Caracará, que conta com uma razoável estrutura para visitantes. As autoridades estaduais acreditam que com a conclusão da BR-174, prevista para este ano, os investimentos em turismo vão se tornar realidade. A rodovia liga Manaus a Caracas, na Venezuela, passando por Boa Vista, capital de Roraima.

(Continua na Página 3 do Relatório)

Estudo identifica as potencialidades

Programa amplo busca adicionar alternativas de desenvolvimento que complementem a Zona Franca de Manaus

Luciana Franco de Belém

A economia da Amazônia vai ganhar novos contornos nos próximos anos. Um projeto estratégico para estabelecer pólos de desenvolvimento e complementar o modelo vigente, hoje fortemente vinculado ao desempenho da Zona Franca de Manaus, está em curso. Em uma parceria ampla que envolve os governos estaduais e instituições federais de pesquisa, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) estabeleceu como alvo prioritário identificar e promover oportunidades de negócios nos estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e parte do Amapá, sua área de jurisdição.

A própria Zona Franca de Manaus (ZFM), que terá as vantagens tributárias reduzidas em 2013, pode ser beneficiada com a criação desses novos polos regionais e já começa a prepara-se para o futuro.

Embora seja difícil delinear a Amazônia resultante deste esforço, as projeções indicam que as novas oportunidades de negócios devem elevar a renda e os índices de emprego da região, além de proporcionar uma mudança no perfil de ocupação. "Nosso papel é o de promover investimentos, mas o novo perfil da região deverá ser traçado de acordo com a receptividade dos investidores", explica Ozias Monteiro Rodrigues, superintendente adjunto de Planejamento da Suframa.

Além de abrir campo para atividades econômicas diferenciadas que cumpram o papel de disseminar o desenvolvimento, as novas oportunidades de negócios deverão incrementar o PIB da região, que vem registrando queda nos últimos dois anos, pressionado principalmente pela entrada de produtos importados no País. A concorrência provocou



drástica redução nas vendas e nas margens de lucro principalmente do segmento eletroeletrônico, que responde por mais da metade do faturamento local: 54% do movimento da Zona Franca no ano passado, de US\$ 11,7 bilhões. "Neste ano o faturamento deve se situar em US\$ 9 bilhões", diz Rodrigues. O resultado é 23% menor que o do ano passado, e 31% inferior ao movimento de 1996, quando a Zona Franca atingiu seu melhor desempenho, faturando US\$ 13,2 bilhões.

Desde sua implantação, a dinâmica da Zona Franca passou por três mudanças. De 1967 a 1976, predominou a atividade comercial, sem limitação de importações, o que resultou em intenso fluxo de turistas, já que em todas as outras regiões do Brasil as importações eram proibidas. Na época, houve a expansão do setor terciário e o início da atividade industrial.

De 1977 até 1990, algumas modificações foram introduzidas no modelo da Zona Franca, entre elas, o limite das importações e o acesso a

modernas tecnologias, que impulsionaram o crescimento do setor industrial e consequente substituição das importações, promovendo o desenvolvimento local. Em 1991, com a abertura do mercado brasileiro às importações, foi iniciada a terceira fase. Novas regras foram impostas às atividades na Zona Franca, entre elas, a eliminação dos limites máximos de importação e a criação do Entrepósito Internacional da Zona Franca de Manaus (EIZOF).

Estas últimas medidas promoveram a recuperação da Zona Franca a partir de 1993, quando o segmento industrial se adequou e houve redução dos custos de produção, o que conferiu maior competitividade a seus produtos. O desafio atual da Zona Franca é o desenvolvimento auto-sustentável, o que deverá ser efetivado através do fortalecimento do parque industrial de Manaus, com a mudança do perfil da Zona Franca, que, con-

forme sugerem empresários do setor, nos próximos anos deve se converter em um pólo industrial de equipamentos para telefonia e monitores de vídeos.

Outra opção tem sido o incentivo às exportações. A expectativa é que as vendas externas somem US\$ 280 milhões neste ano, volume 93% superior ao do ano passado, de US\$ 145 milhões. A estimativa dos governos estadual e federal indica que poderão ser exportados US\$ 1 bilhão já no próximo ano. "A meta é bastante ambiciosa,

mas o potencial na Zona Franca existe", comenta o empresário Maurício Loureiro, presidente do Centro de Indústrias do Estado do Amazonas. Segundo ele, é grande a capacidade ociosa na região. No segmento de eletroeletrônicos, por exemplo, a ociosidade chega a 50%. Neste ano, os produtos mais exportados pela Zona Franca foram xaropes concentrados para a

fabricação de refrigerantes, motos, lâminas de barbear e madeiras. Argentina, Venezuela e os Estados Unidos são os principais mercados desses produtos.

Estimativas indicam que os investimentos no setor industrial devem ficar entre US\$ 700 milhões e US\$ 1 bilhão em 1998, podendo oscilar entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 2 bilhões nos próximos dois anos na região. Empresários locais acreditam que estes investimentos devem ser sustentados pela modernização de algumas empresas que estão iniciando exportações e pela chegada de novas indústrias à região.

O setor industrial de Manaus é composto hoje por 400 indústrias, que empregam aproximadamente 50 mil pessoas e geram uma receita tributária anual de cerca de US\$ 1,2 bilhão. Já o segmento comercial conta com cerca de 3,9 mil estabelecimentos, emprega 70 mil funcionários e deve importar neste ano US\$ 139 milhões, 40% menos que no ano passado.

A expectativa é que além do crescimento do setor industrial outros setores sejam beneficiados. A tendência é que os investimentos - até hoje centralizados em Manaus, em virtude da adequação da infra-estrutura desta região, beneficiada desde o final do século passado pelos barões da borracha - se expandam para o interior do Amazonas e dos outros estados. Uma das principais vocações da região é a atividade agrícola. "O que possibilitará ao homem voltar ao campo", comenta o empresário Silvio Lucena, que preside a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus. Ele lembra que em decorrência do intenso crescimento do setor industrial em Manaus, advindo com a implantação da Zona Franca, o homem do campo foi impellido a se mudar para a capital, que hoje abriga 1,5 milhão de habitantes e concentra a economia do estado. ■

Seminário apresenta projetos em São Paulo

O seminário sobre as oportunidades na Amazônia Ocidental, que será realizado no próximo dia 9 de dezembro, no Centro de Convenções da Gazeta Mercantil, em São Paulo, pretende apresentar os projetos com potencialidade econômica nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá.

O superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Mauro Costa, considera que a parceria com a Gazeta Mercantil foi o caminho natural a ser seguido. "A Gazeta Mercantil tem uma enorme experiência neste tipo de evento", afirma. O seminário pretende, também, esclarecer a nova atuação da Suframa e tirar dúvidas sobre a concessão de incentivos fiscais e em relação à Zona Franca de Manaus.

Até o final de novembro, o estudo das potencialidades da Amazônia Ocidental estará disponível na Internet (<http://www.suframa.gov.br>), com todas as informações necessárias sobre viabilidade dos empreendimentos, infra-estrutura disponível e incentivos fiscais.

As informações também podem ser obtidas diretamente na Suframa, na Av. Ministro João Gonçalves de Souza, s/n Distrito Industrial de Manaus, AM - Brasil CEP: 69075-770, telefone: (092) 237-1691/237-3288 e fax: (092) 237-3645/237-6549. Ou por e-mail: suframa@fucapi.br ■

Desenvolvimento via ecoturismo

Previsão é de investimentos de US\$ 250 milhões para alavancar o potencial turístico da região

A indústria do ecoturismo na Amazônia, devido à natureza privilegiada da região, constitui, ao lado do gás natural e dos pólos agro-industriais, outra via potencial para o seu desenvolvimento econômico. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), o ecoturismo movimentou, em 1996, mais de R\$ 475 bilhões, cerca de 20% da cifra total com turismo no mundo. No Brasil, no mesmo ano, o ecoturismo representou 3% dos R\$ 2,5 bilhões gastos por turistas, sendo Amazonas e Pantanal os lugares preferidos pelos visitantes.

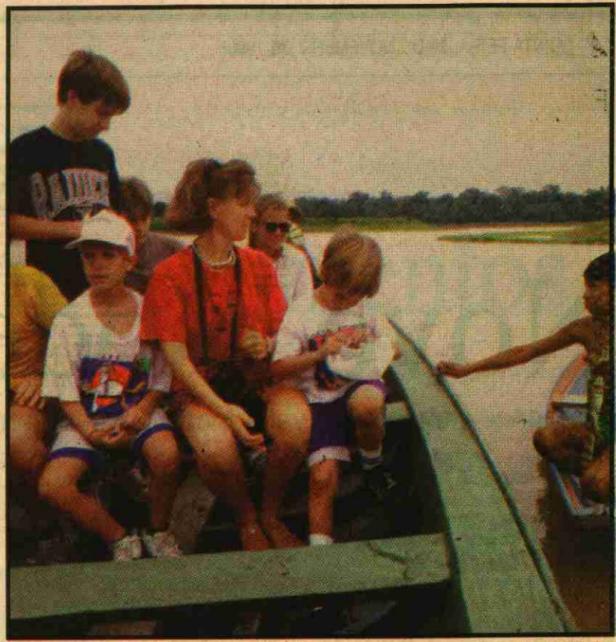
O Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) estima que esse percentual tenha alcançado 5,5% em 1997. O mercado de turismo no estado do Amazonas (onde está aproximadamente a metade da região amazônica) vem crescendo a uma média de 6% ao ano, graças, em parte, à infraestrutura criada recentemente.

De olho nesse forte mercado de turismo, que movimentou US\$ 3,7 trilhões por ano, o equivalente a 10% do PIB do mundo, 11% dos tributos e 10% dos empregos, a Amazônia pleiteia seu lugar ao sol. Cerca de 160 mil turistas por ano, número ainda contido diante das expectativas do governo do estado, visitam a região anualmente. Desse número, 50 mil são estrangeiros. Por enquanto os recursos gerados ainda são pequenos, US\$ 35 milhões, correspondente a 0,35% do PIB do estado, mas as expectativas são promissoras.

No plano estratégico traçado pelo governo, a previsão é de investimentos de US\$ 250 milhões no potencial turístico da região. A mudanças devem gerar ainda 2,5 mil empregos, com investimentos de US\$ 50 milhões a US\$ 60 milhões por ano. Boa parte desses recursos irá para o reforço da estrutura hoteleira já existente, os 16 hotéis da selva e mais a ampliação do parque hoteleiro de Manaus. Entre os hotéis mais conhecidos pelos turistas estão os Ariáú Amazon



Casa do Tarzan, uma das atrações do hotel Ariáú Amazon Tower, um dos mais conhecidos no estado entre os adeptos do ecoturismo



A travessia de barco pelos rios da região é um dos programas preferidos pelos turistas

Tower, a Pousada Guanavenas e o Amazon Ecopark Lodge.

Em quatro anos serão construídos novos hotéis, sendo dois numa área de 2 milhões de metros quadrados, com 600 apartamentos cada um, um centro de convenção para 10 mil pessoas, um parque temático amazônico e uma marina. O momento parece bastante propício, segundo informações do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, que congrega as maiores empresas multinacionais do setor. Segundo a organização, no período de 1985 a 1993, apesar da recessão mundial, o número de turistas que empreendeu viagens internacionais passou de 380 milhões para 500 milhões. A estimativa é de que esse número chegue a 661 milhões até o ano 2000.

Uma das apostas também para ampliar o potencial turístico da região consiste em atrair turistas internacionais que visitam o Caribe. Somente em 1997, o Caribe teve mais de 5 milhões de turistas, que podem ser atraídos para a Amazônia via aérea ou mesmo terrestre, pela BR-174. No mesmo ano, de acordo com a Embratur, o Brasil teve entre 2 mi-

lhões e 2,5 milhões de turistas.

O asfaltamento da BR-174 de Manaus a Santa Elena, na Venezuela, passando pelo Marco BV-8, corta, no sentido norte-sul, todo o estado, facilitando a iniciativa turística em toda a Amazônia Ocidental, que reúne certas peculiaridades. O festival do Boi Bumbá, que acontece no fim de junho, na cidade de Paritins, é o evento que mais atrai turistas para o estado. Há ainda os atrativos do encontro das águas dos rios Negro e Solimões, que formam o rio Amazonas, e na área do Baixo rio Negro os arquipélagos de Mimirá e Anavilhas, os dois maiores conjuntos de ilhas fluviais do mundo, além das cachoeiras de Presidente Figueiredo, onde encontram-se, também, as únicas cavernas de areia até hoje conhecidas. No Acre, além das florestas e rios, existe a oportunidade de exploração da extinta Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, construída no apogeu da cultura da borracha. Em Roraima, as atrações concentram-se nas savanas e nos campos naturais, que abrigam tropilhas de cavalos selvagens. ■

Investimentos estimulam o setor

As iniciativas para o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia estão sendo alavancadas por diversos ramos dessa indústria, seja pela construção de novos hotéis e parques temáticos ou pelos investimentos que partem do governo.

No caso do governo do estado do Amazonas, um programa de desenvolvimento estratégico, com metas para o crescimento da indústria turística, foi criado.

O objetivo é estar centrado em uma economia mais próxima das vocações naturais do estado. A síntese do programa estratégico com as propostas do novo modelo para a economia do estado até 2013, quando deverão cessar as vantagens fiscais da Zona Franca, é o "desenvolvimento por meio de empreendimentos que respeitem a

vocação e o potencial da região, que utilizem e aprimorem seus recursos naturais".

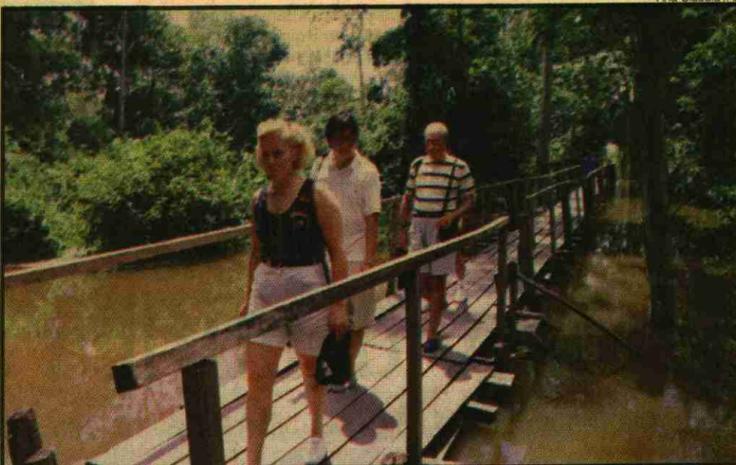
O texto do documento de planejamento estratégico elaborado pelo governo estadual soa como uma autocrítica do modelo adotado até hoje, mas os objetivos a serem alcançados, atualmente, parecem ser claros e têm no ecoturismo um de seus pilares de sustentação. Afinal trata-se de uma indústria não poluente, de baixo consumo energético e alto poder de geração de empregos.

A medida é fundamental, uma vez que a região contribui para um balanço que aponta a indústria do turismo, no Brasil, como pouco desenvolvida diante do seu potencial. O produto não ultrapassa US\$ 4 bilhões por ano, equivalente a pouco mais de 0,1% da indústria mundial e cerca de 0,5% do PIB brasileiro. Segundo o relatório, as razões desta

enorma distância que separa a atual expressão econômica da indústria de turismo no estado do potencial que ela possui, pelo menos até pouco tempo, era a inexistência de infraestrutura básica e hoteleira, além da inexistência de parques temáticos e falta de competência na comercialização da "grife" Amazônia, que deve se mostrar em diferente situação com o recebimento de parte dos recursos atuais.

Os investimentos em obras de infraestrutura (energia e transporte) realizados pelo governo federal na Amazônia deverão estimular as oportunidades de exploração do ecoturismo. As oportunidades de investimentos em toda a região incluem cruzeiros náuticos, agências de turismo, artesanato das comunidades locais, construção de embarcações, marketing internacional, entre outras. ■

Os diversos canais e rios da região amazônica obrigam os habitantes e também muitos turistas a caminhar por pontes que podem ficar inutilizadas em épocas de cheias dos rios. Outro meio bastante difundido é o uso dos barcos de madeira construídos e comercializados por trabalhadores da região para a constante locomoção dos turistas e habitantes das diversas regiões da Amazônia



Ana Claudia / AE

Meio de transporte tem papel chave em programas estruturais

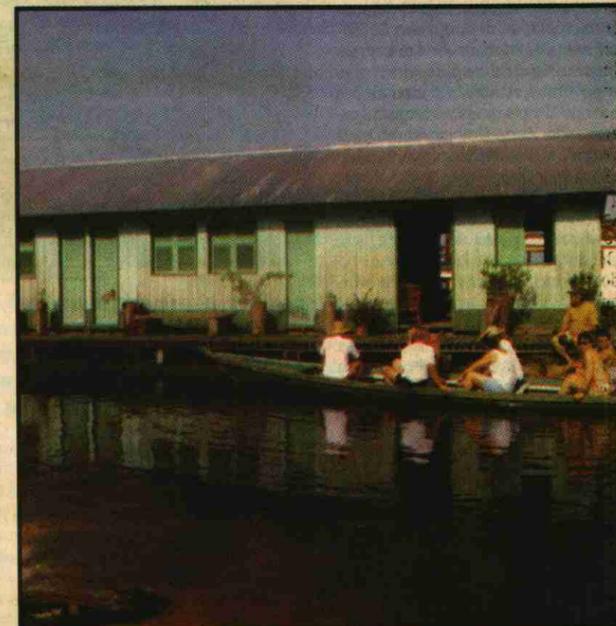
Para definir uma política de organização e incentivo do ecoturismo na região amazônica, o governo federal criou o Proecotur para o qual já foram solicitados recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal em conjunto com outros órgãos públicos.

O programa pretende oferecer maior infraestrutura aos diversos pólos de ecoturismo espalhados pela Amazônia. Entre eles, os mais conhecidos estão situados na região de Santarém, no Pará, e nas proximidades de Manaus (AM).

Essas localidades podem ser alcançadas de barco pelo rio Amazonas ou por avião. Manaus, Belém e Santarém (PA) possuem aeroportos preparados para receber grandes aviões modernos, mas ainda são poucos os vôos internacionais para a região, a não ser aqueles procedentes de países vizinhos. Navios de grande porte podem navegar pelo rio Amazonas, sendo frequentes os cruzeiros oceânicos estrangeiros nesse percurso.

Os barcos de madeira construídos e comercializados pelos trabalhadores são também um significativo meio de transporte para os turistas e habitantes das regiões, mas incapazes, em longo prazo, de atender à demanda de turistas esperada depois das novas reformas previstas para toda a região.

A melhoria da infraestrutura, especialmente nos setores de energia e



Trabalhador conduz grupo de turistas pelo rio. Atividade é uma das fontes de renda

transportes, e o maior empenho dos governos federal e estaduais na promoção do ecoturismo, são fatores que abrem oportunidades reais para novos investimentos privados na atividade.

Há dez anos, o ecoturismo praticamente não existia no País. Atualmente, existem mais de 250 agências operadoras, sendo mais de 80 em São Paulo, servindo tanto os brasileiros como os estrangeiros.

A mão-de-obra também é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento turístico. Embora abundante nas zonas de potencial turístico, necessita de qualificação. Para fortalecer a atividade, um programa governamental está investindo prioritariamente no treinamento e na capacitação de trabalhadores. Em Manaus, há escolas com cursos de hotelaria básica e guia turístico. ■

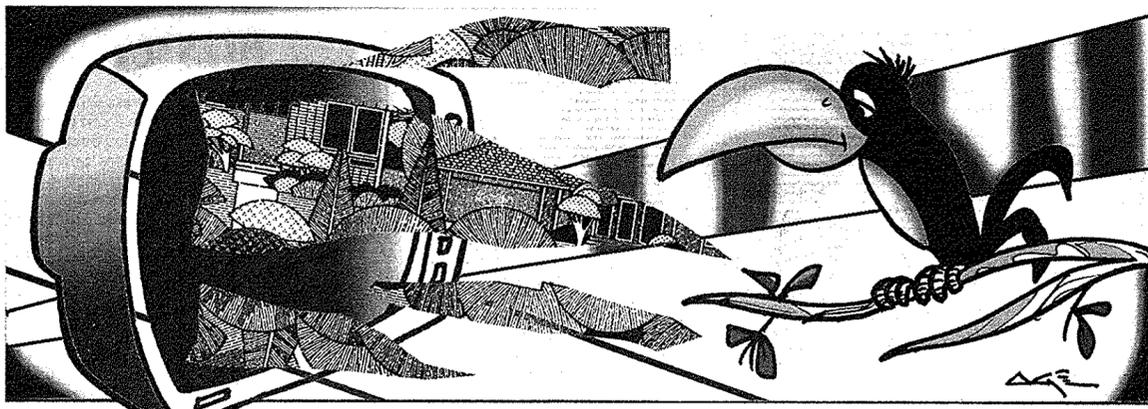
Zona Franca está mudando aos poucos

Fabricantes de celulares, monitores de TV e de concentrados para refrigerantes investem mais e os de eletroeletrônicos reduzem as atividades

Luciana Franco
de Belém

A forte retração do Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas, nos últimos dois anos, está impondo uma significativa mudança no perfil da Zona Franca de Manaus (ZFM), responsável por 98% da economia do estado. As projeções mais otimistas indicam para este ano um faturamento de US\$ 9 bilhões, o que significa uma queda de 23% frente as vendas do ano passado e de 31% sobre o movimento de 1996, quando registrou-se seu melhor desempenho. A tendência é que o segmento de eletroeletrônicos receda, aos poucos, espaço às empresas ligadas aos setores de telefonia celular, de produtos de informática, e monitores de TV a exemplo dos recentes investimentos de R\$ 382,8 milhões de sete empresas, que se instalaram na região.

A perspectiva dos governos estadual e federal é que os investimentos no segmento industrial se situem entre US\$ 700 milhões e US\$ 1 bilhão no próximo ano, podendo ser ampliados para até US\$ 2 bilhões em 1999. "Boa parte dos investimentos deve se confirmar, levando-se em conta os esforços do setor industrial para elevar as exportações", diz o empresário Maurício Loureiro,



proprietário da fábrica de relógios Technos da Amazônia e presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas. Segundo ele, a tendência é que as empresas de eletroeletrônicos passem pela modernização de suas instalações na tentativa de encontrar novos mercados para seus produtos, porque a demanda tem caído no mercado interno.

Além disso, a tendência de retração no consumo de televisores e videocassetes - os principais produtos em volume de fabricação e em vendas - reforça a expectativa de incre-

mento de investimentos em outros setores. "Estamos vivendo um período de mix de investimentos destinados a novos setores e às exportações", avalia o empresário. Recentemente, a Harley Davidson investiu US\$ 3,1 milhões na instalação de uma fábrica de motos em Manaus. Outras empresas que tradicionalmente abasteciam o mercado interno destinaram parte de sua produção ao mercado externo, como é o caso da LG, fabricante de televisores, que está exportando 150 mil TVs para a Argentina e da Visteon, do Grupo

Ford, que vai começar a exportar rádios para veículos.

"Com ações como esta, a tendência é que o nível de emprego se mantenha estável no primeiro semestre de 1999", diz Loureiro. A perspectiva contrária as tendências nacionais, que indicam crescimento dos índices de desemprego no período. Enquanto as exportações devem crescer 93% este ano, para US\$ 280 milhões, as importações devem cair 40%, para US\$ 145 milhões, reforçando as projeções de mudança no perfil da Zona Franca, que durante

cerca de 30 anos foi importadora. As projeções do governo são bastante otimistas e indicam que as vendas externas podem alcançar US\$ 1 bilhão em 1999, mas empresários mantêm a cautela. "Para elevar as exportações estamos enviando missões ao Caribe e países da América Central, onde a demanda por televisores e videocassetes ainda não está saturada", diz Ozias Monteiro Rodrigues, superintendente adjunto de Planejamento da Suframa.

As empresas que têm se destacado nas exportações são a Coca-Cola

e a Pepsi (que se instalou recentemente). As duas vendem xarope concentrado para a fabricação de refrigerantes. No ano passado, a Coca-Cola exportou US\$ 24,9 milhões e este ano pode atingir US\$ 75 milhões, prevê o diretor de relações externas da empresa, Marco Simões. Outras exportadoras que se destacam são a Honda, a Gillette e a Gheal, que exporta madeira serrada beneficiada e madeira compensada. Os principais mercados consumidores dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus são Argentina, Venezuela e Estados Unidos.

"Ainda temos que nos manter atentos às importações de produtos falsificados e contrabandeados", alerta Loureiro. Segundo ele, no caso de relógios de pulso o maior pólo de produção está instalado na ZFM, que produz de 8 a 9 milhões de unidades por ano, em comparação com um consumo brasileiro de 32 milhões de peças por ano. A diferença entre o que é produzido e o que é consumido é de cerca de 21 milhões de unidades, volume das importações anuais. Segundo o empresário, boa parte das importações são de produtos falsificados ou contrabandeados. "Com as 21 milhões de peças, o governo deixa de arrecadar entre US\$ 100 milhões e US\$ 120 milhões por ano e de gerar de 3 a 4 mil empregos", diz o empresário. ■

Novo modelo...

Aldo Renato Soares
de Manaus
(Continuação da 1ª página do Relatório)

A exploração da madeira, uma das principais atividades econômicas da região, deverá se manter com destaque devido à potencialidade dos recursos existentes. A maior parte da exploração madeireira é feita em floresta nativa, sem aplicação de um plano de manejo, com baixa produtividade e com incipiente reposição florestal.

Existem cerca de 2.500 espécies florestais localizadas em terra firme e várzeas. Destas, apenas 25 são usadas nas indústrias, destacando-se o angelim-pedra, louro, jacaréuba, assacu, cupiúba, cedrinho, sucupira, piquiá, virola, andiroba, muliteiro, guaribuba, cedro, itaúba, samambaia, muiratinga, copaíba, cerejeira, mogno e macaranduba.

Em toda a Amazônia Ocidental, só existe uma madeireira com manejo florestal comprovadamente eficiente: a Mil Madeireira, de Itacoatiara, que semestralmente é auditada por peritos europeus. A empresa re-

cebeu o selo verde, habilitando-se ao seletivo mercado europeu, que a partir de 2000 exigirá certificação dos exportadores de madeira de florestas tropicais.

Na região, onde predomina a agricultura de subsistência, algumas áreas de cerrados no Amazonas, Acre e Roraima estão sendo preparadas para o plantio de soja. Em Rondônia, a cultura está sendo retomada, graças à viabilização da hidrovía Madeira-Amazonas, que criou uma rota de escoamento pelo porto de Itacoatiara.

O potencial de área para o plantio de soja é de quatro milhões de hectares nos cerrados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Em Itacoatiara, o grupo Hemnasa - associação do grupo Maggi com o governo amazense - tem um terminal hidroviário, um armazém com capacidade para 90 mil toneladas de soja e planeja construir uma fábrica de óleo de soja no município. Atrativo: o transporte pela hidrovía tem custo 40% inferior ao do transporte da soja da região produtora (norte de Mato Grosso e Rondônia) pelo porto de Paranaguá, no Paraná. ■

Maior atração são os incentivos

A política de incentivos fiscais é o maior atrativo para as indústrias que optam por se instalar na Amazônia. Os incentivos são muitos e abrangem as esferas municipal, estadual e federal. No caso da Zona Franca de Manaus (ZFM), os maiores benefícios são concedidos pelo governo federal. "Não há cobrança de imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para mercadorias fabricadas na Zona Franca e nem para aquelas de procedência estrangeira. A importação de máquinas e equipamentos, que serão utilizados na atividade industrial dentro do estado do Amazonas, também está isenta da cobrança de impostos", diz Ozias Monteiro Rodrigues, superintendente adjunto de Planejamento da Suframa.

As empresas instaladas na Zona Franca também contam com a isenção dos impostos sobre produtos elaborados a partir da utilização de matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção nos estados que compreendem a Amazônia Ocidental.

As indústrias instaladas no Distrito Industrial de Manaus contam também com um mecanismo diferenciado de incentivos, o Programa Especial de Exportação da Amazônia Ocidental (Pexpam) destinado às empresas que importam matérias-primas, insumos e componentes que serão utilizados na fabricação de produtos destinados ao mercado externo. Nesse programa são oferecidas isenções de Imposto de Importação (II), de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Os incentivos federais são semelhantes aos aplicados nas outras três Áreas de Livre Comércio (ALC) administradas pela Suframa. São elas a de Tabatinga (AM), região leste do estado, divisa do Amazonas com Peru e Colômbia, Guajará-Mirim (RO), próxima da fronteira com a Bolívia, e Macapá-Santana (AP), oeste do estado, todas já em funcionamento.

As "zonas livres" foram criadas pelo governo federal com a finalidade de incentivar o desenvolvimento econômico e social das regiões periféricas e fronteiriças, integrando-as ao restante do País. Nessas regiões, a suspensão do IPI e do Imposto de Importação é permitida somente para os produtos destinados ao beneficiamento de pescado, recursos naturais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal, ou à industrialização de outros produtos da região.

No caso do Amazonas - o estado da Amazônia Ocidental que recebe maior volume de investimentos - o pacote é um dos mais atraentes. Por esse pacote estão isentos de ICMS os produtos industrializados vindos de outros estados brasileiros para a ZFM. Também são concedidos créditos pelo estado nas aquisições de produtos industrializados de origem nacional. O governo amazense oferece ainda restituição do

ICMS de 45% para bens de consumo, de 55% a 100% para bens de capital, indústrias alimentícias, vestuário, calçados e veículos e de até 100% para bens de informática e medicamentos que utilizem plantas medicinais regionais.

Outras vantagens que as indústrias têm são a redução de 88% do Imposto de Importação nas compras de matérias-primas, produtos intermediários e de embalagens que sejam empregadas na fabricação de produtos industrializados na ZFM e na fabricação de bens de informática e de veículos automotivos.

O governo municipal de Manaus oferece isenção por 10 anos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial (IPTU), isenção pelo mesmo período da taxa de serviço de limpeza e conservação pública e da taxa de licença para funcionamento. "Com o desenvolvimento dos outros estados será melhor definida e divulgada a política de incentivos fiscais dessas regiões", diz o superintendente da Suframa. ■

Órgão vai atuar como agência de investimento

O estudo sobre as potencialidades econômicas da Amazônia Ocidental, feito em parceria pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), marca uma mudança radical na atuação do órgão que até agora se limitava à administração dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. "Queremos nos transformar em uma agência promotora de investimentos", afirma o superintendente da Suframa, Mauro Costa.

A partir de agora, a Suframa passará a orientar os empresários interessados em investir na Amazônia Ocidental, em parceria com os estados, as instituições federais de pesquisa como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (Inpa), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o Banco da Amazônia e os bancos regionais.

Foram mapeadas 19 sub-regiões com suas vocações econômicas afins, capazes de atrair novos empreendimentos, orientando a aplicação dos recursos públicos. A própria Suframa chegou a liberar R\$ 25 milhões para parte da rodovia 319, que liga Manaus a Porto Velho, cujas obras de pavimentação estão sendo retomadas.

Segundo Costa, o objetivo da nova política é reverter o processo de transferência de renda criado pelo Distrito Industrial de Manaus, um dos principais clientes da indústria instalada no Centro-Sul. Ele explica que dificilmente a Amazônia conseguiria ser auto-suficiente na produção de bens e serviços. Mas a situação também não pode continuar como está, com a

região dependente de praticamente tudo que consome.

É pouco provável que a Amazônia venha a concorrer com o Sul na produção de frangos, suínos e ovos no mercado interno ou externo. Mas os estados da região têm potencial de produzir em escala suficiente para o abastecimento local. Hoje, a maioria dos alimentos consumidos na Amazônia Ocidental são produzidos no Centro-Sul, com um custo alto para o País e para a população.

O estudo indica quais as culturas têm potencial econômico, de acordo com os mercados - que foram divididos em local, regional e amplo. Avicultura e suinocultura têm potencial de mercado local em Rondônia, onde já existe uma agricultura desenvolvida com culturas de milho e soja, usados em ração animal.

O processamento de frutas tropicais foi identificado como mercado amplo - podendo abastecer o mercado local, regional, nacional e internacional. O diagnóstico está baseado nas excelentes condições de clima e solo para o cultivo de espécies nativas como cupuaçu, açaí, abacaxi, caju, manga, entre outras.

O estudo traz também indicação das áreas restritas, com possibilidades de exploração econômica parcial ou inexistente. Nos mapas, estão indicadas, por estados, as reservas indígenas e as reservas florestais. Em Roraima, 90% das jazidas minerais estão localizadas em reservas indígenas ou em reservas florestais. A tribo Ianomami possui uma área superior a 9 milhões de hectares rica em ouro. "A exploração mineral em terras indígenas vai depender da legislação que for aprovada", observa Costa. ■

(A.R.S.)

Apoiar a biotecnologia será o próximo passo

Márcia Valéria* e Aldo Renato Soares
de Manaus

Investir em biotecnologia, aproveitando a biodiversidade da Amazônia Ocidental é o próximo passo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Os projetos de biotecnologia poderão gerar no futuro um faturamento de US\$ 50 bilhões por ano - 10% do faturamento mundial do setor atualmente, segundo estimativas do superintendente da Suframa, Mauro Costa. As obras de construção do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) começam ainda este ano e deverão estar concluídas no final de 1999.

O CBA será implantado no Distrito Industrial de Manaus absorvendo investimentos de R\$ 60 milhões nos próximos quatro anos, dos quais R\$ 14 milhões estão destinados à construção, compra de equipamentos, instalações físicas e pessoal. Os recursos restantes serão investidos em pesquisa e desenvolvimento e patenteamento de produtos - farmacêuticos, alimentícios, cosméticos, bioinseticidas, enzimas de interesse biotecnológico, óleos essenciais, antioxidantes, corantes naturais e aromatizantes.

Antes mesmo de ser implantado, o CBA sofreu um corte no orçamento do primeiro ano, baixando o investimento de R\$ 14 milhões para R\$ 12 milhões. A redução, determinada pelo governo federal, foi compensada com R\$ 2 milhões do governo estadual, sendo que R\$ 1 milhão está sendo liberado agora e o restante no ano que vem. Wanderley Costa, coordenador do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Proberm), garante que a redução no orçamento não irá afetar a implantação do centro.

Uma das maiores experiências do planeta no tocante à biodiversidade, o CBA será construído em uma área de 12 mil metros quadrados, doada pela Suframa. O projeto prevê a construção de 26 laboratórios, central de produção de extrato, central de ensaio industrial e um centro de incubação de pequenas empresas. A previsão é gerar 250 empregos diretos na capital, entre pesquisadores e técnicos, 200 indiretos no parque industrial e mil no interior, no trabalho de coleta.

No ano passado, o mercado brasileiro de medicamentos e cosméticos movimentou US\$ 18 bilhões, dos quais 25% provenientes de produtos naturais. Os produtos medicinais, a base de plantas de uso indígena, movimentam no Brasil de US\$ 700 milhões a US\$ 1 bilhão por ano. O mercado de produtos biotecnológicos para agricultura deve atingir US\$ 10 bilhões. "A biotecnologia é a solução mais viável para a região", acredita Costa.

Estimativas do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (MMA), dão conta que 60% da flora da Amazônia Legal ainda não foram inventariados e cerca de cinco milhões de espécies de insetos são desconhecidas.

O CBA também contribuirá para reduzir a pressão dos ecologistas em relação à Amazônia Legal, porque irá permitir a utilização dos recursos de modo sustentável e ecologicamente correto. Não há ainda tecnologia suficiente no País que permita essa exploração ecologicamente correta. Além disso, o custo da exploração sustentável é muito alto. "Nossa legislação também não facilita esta atividade econômica, abrindo margens à clandestinidade", afirma Costa. "O CBA irá facilitar esta atividade". ■

* Especial para a Gazeta Mercantil

Dendê tem tudo para crescer

Ainda incipiente no País, cultura apresenta um potencial de cultivo de 57 milhões de hectares

Aldo Renato Soares de Manaus

A cultura da palma de dendê é considerada outra atividade promissora na Amazônia Ocidental. O potencial de cultivo para o dendê é de 57 milhões de hectares - atualmente a área plantada não chega a 5 mil hectares. O Brasil importa 50% do óleo de dendê que consome e produz 80 mil toneladas de óleo, menos que a Colômbia e o Equador.

O negócio já está despertando interesse de grupos da região. A empresa Caiuê Agroindustrial S.A., do grupo Rezende, de Manaus, que planta dois mil hectares de palma de dendê, vai aumentar a área plantada em dois mil hectares por ano até 2002. O objetivo é incrementar a produção para viabilizar a construção de uma refinaria, capaz de transformar o óleo de palma em produtos de maior valor agregado, como margarina e gorduras vegetais de múltiplas utilidades.

A produção atual de óleo bruto atinge 240 toneladas mensais, mas a capacidade da usina instalada perto da lavoura é de 8 mil toneladas por ano. Hoje, toda a produção de óleo é vendida para o grupo Maeda, de Itumbiara (Goiás). O diretor comercial da empresa, Wigner Rezende, prevê que a partir de 2000 o faturamento anual com o óleo de palma atingirá US\$ 10 milhões. A atividade ainda não dá lucro porque o projeto, assumido de um grupo que falhou, está sendo reestruturado. Só 40% da plantação estão produzindo.



Os cachos de dendê são colhidos com foice e transportados por mulas

O ciclo produtivo da palma de dendê é de 25 anos, mas os primeiros cachos - que podem ter até 3 mil caroços - só aparecem em três anos.

O otimismo de Rezende deve-se ao potencial de mercado. O cultivo do dendê ainda é incipiente no País e a produção de óleo não chega a 1% do total da Malásia, maior produtor mundial. A área cultivada brasileira é de 85 mil hectares e o principal produtor é o Pará. As variedades que estão sendo plantadas na Amazônia foram obtidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), através de cruzamentos da palma originária da África com uma palmeira nativa, o caiaué, que não produz óleo.

Segundo a Embrapa, o óleo de palma deverá substituir o óleo de soja

com vantagem. A soja precisa ser plantada todo ano e a manutenção de sua produtividade tem alto custo, enquanto a palma de dendê produz por 25 anos. A cada ano se descobre novas utilidades para o óleo de palma, o que tem contribuído para a valorização do produto, cotado em mais de US\$ 700 a tonelada. Na alimentação humana, é utilizado no preparo de margarina, gordura para panificação, biscoito, massas e tortas, pó para sorvete, óleo de cozinha e manteiga de cacau.

Na alimentação animal, rações balanceadas são obtidas por meio de mesclagem com torta de palmiste - resultado da prensagem da amêndoa da palma - e do óleo de dendê. É usado, ainda, na fabricação de velas, cosméticos, giz e lápis de cera, detergentes,

substituto do óleo diesel, álcoois graxos, glicerina, condicionador de cabelos, folhas de flandres, tintas, lubrificantes, plastificantes, polidores, resinas, xampus, óleo químico, chapas de aço, sabonetes e sabões.

Outra vantagem da palma sobre a soja é que em um hectare de palma se produz 4 mil quilos de óleo por ano, quatro vezes mais que a soja. Além do resultado econômico, a cultura da palma requer muita mão-de-obra, desde o desmatamento necessário para o cultivo até a colheita, manual. Cada hectare emprega 250 trabalhadores. Os cachos são colhidos com uma foice afiada na ponta de uma vara e transportados em cestos carregados por mulas.

No processo industrial, o óleo de dendê é extraído do caroço do fruto. Da polpa da amêndoa tira-se o óleo de palmiste, usado na fabricação de sabões e sabonetes. Todo o óleo de palmiste da empresa é vendido para o frigorífico Fernandes, de Porto Velho, em Rondônia, onde é usado para a fabricação de sabonetes e sabões. O preço oscila entre R\$ 1 mil e R\$ 1,6 mil a tonelada. O farelo da amêndoa também tem utilidade: possui 13% de proteína bruta e é vendido como ração animal. O bagaço da palma é usado na usina como combustível.

O desmate para a formação da área de plantio e os fertilizantes representam os maiores custos da plantação, diz Wigner Rezende. A terra amazônica é pobre em nutrientes e necessita de potássio, nitrogênio e uréia. Hoje, o fertilizante é comprado em São Paulo e Belém. ■

Pimenta-longa vira sensação econômica nos campos do Acre

A nova sensação econômica no Acre é uma cultura até pouco tempo considerada praga pelos agricultores: a pimenta-longa. Espécie nativa da região, de suas folhas é extraído o safrol, um óleo usado na indústria de inseticidas biodegradáveis e na fabricação de cosméticos. Este ano, os produtores rurais do município de Vila Extrema vão produzir 3 mil quilos de safrol numa área de 15 hectares.

Segundo o chefe geral da Embrapa do Acre, Judson Ferreira Valentim, serão implantados novos projetos de exploração da cultura em Rio Branco, Porto Acre, Capixaba e Brasília, cada um com 30 hectares. "O Acre tem condições de plantar nos próximos quatro anos 12 mil hectares de pimenta-longa e produzir 3 mil toneladas de safrol por ano", diz.

O consumo anual do extrato excede a 3 mil toneladas. Até recentemente, a indústria abastecia-se com o safrol obtido do sassafrás, planta do Sul do País. Mas a exploração foi proibida pelo Ibama. Os maiores produtores mundiais da pimenta-longa são a China e o Vietnã, onde o safrol é obtido pelo corte de árvores nativas, que também correm risco de extinção. Na Amazônia, a variedade de pimenta-longa com óleo só é encontrada no Acre, em áreas degradadas (que foram desmatadas para a formação de pastagens). "O mercado do safrol obtido da pimenta-longa é muito promissor", afirma Valentim. A Embrapa conseguiu reproduzir mudas cujas folhas têm 90% do teor de óleo das encontradas na natureza.

O cultivo de um hectare de pimenta-longa proporciona renda média líquida anual de R\$ 700, quase nove vezes a renda proporcionada pela soja; de R\$ 80. Hoje, o quilo do safrol está co-

tado em torno de US\$ 5,60.

A indústria de inseticidas biodegradáveis não usa o safrol com intensidade devido à pouca oferta e à falta de regularidade na entrega do produto. Do safrol são retirados subprodutos como a heliotropina, que serve como fixador para cosméticos, e o butóxido de piperona para a indústria de inseticidas biodegradáveis.

Produtos químicos sintetizados têm substituído o safrol. Na fabricação de inseticida, porém, o butóxido de piperona obtido do safrol aumenta o poder de ação do inseticida porque seu princípio ativo muda sempre, impedindo que o inseto crie resistência a ele, ao contrário do butóxido de piperona sintetizado. O maior temor dos técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é que as sementes da pimenta-longa sejam contrabandeadas para a Ásia, como ocorreu com as de seringueiras há 70 anos.

Há pouco tempo, os colonos acreanos consideravam a planta uma praga difícil de ser controlada. A Embrapa do Acre vem pesquisando a pimenta-longa desde 1992 para viabilizar uma alternativa para a agricultura familiar da Amazônia. Segundo Valentim, os maiores interessados no aumento da produção do safrol são as indústrias de cosméticos e de inseticidas.

Dois empresários italianos e uma sueca estão investindo em pesquisa, em parceria com a Embrapa. O aumento da produção poderá atrair indústrias de inseticidas biodegradáveis e de cosméticos para o Acre. Antes, porém, é preciso garantir a regularidade da produção. "As indústrias só se instalarão quando houver, volume e suprimento garantidos para a manutenção da sua atividade", diz Valentim. ■

Maiores interessadas no safrol são as indústrias de cosméticos e de inseticidas

(A.R.S.)

Alternativa ecológica para o palmito

Cultura da pupunha precisa de campanha para ser conhecida nos mercados interno e externo

Os produtores de palmito de pupunha do estado do Amazonas querem aproveitar a onda ecológica para difundir no País e no exterior as qualidades do produto. A maior parte do palmito consumido no mercado nacional é obtido pelo abate da juçara, uma árvore nativa da Mata Atlântica, ou do açaizeiro do Pará. A pupunha não morre com o corte. A cada derrubada nascem novas plantas (filhos) ao lado da planta-mãe, como acontece com a bananeira.

Outra vantagem do produto é que não tem a fibra que existe nos outros tipos de palmito. O mercado da Amazônia para o palmito de pupunha é muito pequeno. No resto do Brasil existe muito desconhecimento sobre o produto, que começou a ser explorado há pouco tempo. "A nossa próxima meta é tentar colocar o nosso palmito nas grandes redes de supermercados do Rio de Janeiro e São Paulo", afirma Alcides da Silva Filho, diretor financeiro da Tapiré Indústria e Comércio Ltda., de Iranduba, a 17 quilômetros de Manaus.

A propriedade possui 210 mil pés de pupunha com uma produção diária de uma tonelada de palmito, que leva a marca Tapiré. O produto é enlatado no local em três tipos: picado, em pedaços de até sete centímetros, em vidros de 300 gramas líquidas, e os pés de palmito com até 23 centímetros em latas de 1,8 quilos. A produção é quase toda vendida no Norte do País.

Segundo Silva Filho, a ofensiva sobre o mercado do Centro-Sul não vai ser fácil. Ele explica que grande parte do mercado brasileiro é abas-

tecido com produto contrabandeado da Bolívia. A pupunha é encontrada também na Bolívia e no Peru. A estratégia deverá passar pelo apelo à origem amazônica. "Os consumidores vão saborear um produto de ótima qualidade sabendo que nenhuma árvore foi derrubada", observa.

O diretor financeiro da empresa não revela os números do faturamento, mas prevê que o mercado vai se expandir no futuro. De acordo com os técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a cultura da planta é muito simples. Um hectare é possível plantar

mais de 15 mil pés, já que requerem pequeno espaçamento entre eles.

Alguns produtores de palma de dendê da Amazônia Ocidental descobriram uma fórmula de economizar com o uso de corretivos de solo. Eles plantam pupunha antes da palma para corrigir a acidez da terra. A empresa Caiuê Agroindustrial, que planta palma de dendê às margens da BR-174, pretende cultivar pupunha para a exploração do palmito. "É uma atividade que complementa a palma de dendê e vai aumentar a eficiência do negócio", diz Wigner Rezende, diretor comercial da empresa.

A maior dificuldade para a popularização do consumo de palmito de pupunha é falta de recursos para uma campanha nacional, explica o diretor da Tapiré. "As empresas estão muito descapitalizadas por conta dos juros altos", argumenta. Diante desse quadro, os produtores estão discutindo a formação de uma parceria com o Banco da Amazônia e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para diluir os custos da campanha, que além do Brasil atingiria também grandes mercados consumidores de palmito, como Estados Unidos, Inglaterra e França. ■

(A.R.S.)

Agregar valor à mandioca

A produção de amido de mandioca tem potencial em toda a área de jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), incluindo Macapá e Santana, no Amapá. O estudo de potencialidades econômicas inclui uma lista de projetos relacionados a atividades que já são exploradas, mas de forma artesanal e sem escala para atender a demanda regional.

O projeto para a produção de amido prevê um investimento total de R\$ 635,5 mil para a produção de 50 toneladas por dia de raiz de mandioca. A área de plantio necessária é de 600 hectares. O faturamento anual ficaria em torno de R\$ 1,35 milhão.

O principal problema da cultura é

que ela tem alta perecibilidade - o tempo entre a colheita e a industrialização não deve exceder 36 horas. A falta de padronização na qualidade do amido prejudica a comercialização do produto na Amazônia Ocidental.

A produtividade oscila entre 15 toneladas por hectare - número que, mesmo superior à média nacional (12 toneladas por hectare), ainda é pequeno se comparado com os países africanos e asiáticos. A mandioca é um dos principais produtos (em área plantada) da Amazônia Ocidental, correspondendo a 10,5% da área total cultivada. Da região, Rondônia é o maior produtor, com 39% de área cultivada, seguido do Amazonas com 33%.

Mas tamanho potencial é subutilizado, já que o cultivo de mandioca na Amazônia está voltado, quase que totalmente, para a produção de farinha. A industrialização oferece maior possibilidade de aproveitamento do produto, que pode ser direcionado para o consumo humano (na forma de farinhas e polvilho), animal (raspas e resíduos), ou transformada em fécula ou amido para fins industriais.

A diversidade de aplicação do amido como matéria-prima na indústria dá à mandioca uma grande oportunidade nos mercados interno e externo. As estimativas são que em âmbito mundial 95% do amido têm usos industriais e apenas 5% vão para a produção de alimentos. ■

Produção de grãos na última fronteira agrícola

O estado de Roraima deverá constituir-se na última fronteira agrícola do País com o cultivo de arroz de sequeiro e irrigado, soja e milho. Há disponibilidade de 1,5 milhão de hectares nos municípios de Amajari, Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim e Caracará. Com a conclusão da BR-174 e a futura hidrovia do Rio Branco, a safra poderá ser escoada para o Caribe, via Venezuela, ou para a Europa, via porto de Itacoatiara.

Se Roraima é o destaque pelo crescimento significativo dos últimos três anos - aumento de 40% no arroz e terceiro maior produtor de milho -, Rondônia ainda aparece como o principal produtor da região, seguido pelo Acre.

Em 1993, mais de 70% da colheita de arroz, 81,6% da de milho e a totalidade da safra de soja eram cultivadas em Rondônia. Três anos depois, os índices estavam em 67,6% (arroz) e 82,6% (milho). A queda no arroz deveu-se ao fato de Roraima ter melhorado seu desempenho, pulando dos 12% de 1993 para 15% em 1996.

Em 200 hectares de área, é possível obter um faturamento de R\$ 1,35 mil por hectare/ano no cultivo de arroz irrigado, a partir do primeiro ano; R\$ 451,42 com soja; R\$ 540 com milho e R\$ 648 com arroz de sequeiro.

As variedades mais adequadas para a região são arroz catapá, rio verde ou progresso, com produtividade estimada em 2,4 toneladas por hectare para o arroz de sequeiro e 5 toneladas para o irrigado.

As variedades de milho BR-106, BR-201, cargil e braskalb têm produtividade média de 2,7 toneladas por hectare e as variedades de soja garça branca, engopara-308, seridó, milionária e mirador registram média de 2,1 toneladas por hectare.

A produção de grãos deverá ser incrementada em Rondônia com a hidrovia Madeira-Amazonas. Na região compreendida por Comumbari, Colorado D'Oeste, Vilhena e Cerejeiras existem 500 mil hectares aptos para a produção de grãos. A região é cortada pela BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). O mesmo potencial tem o Acre e a região de Humaitá, no Amazonas. ■

Interesse de indústrias pela cana-de-açúcar

Desde 1994, a Coca-Cola compra toda a produção de açúcar da única usina do Amazonas, a de Jayoro, em Presidente Figueiredo, a 107 quilômetros de Manaus. A subsidiária da fábrica de refrigerantes emprega 200 funcionários, mas com negócios como o da cana-de-açúcar acaba mobilizando mais gente na área de fornecimento. Só na usina, por exemplo, são mais de 500 empregados.

A empresa também estimulou 800 famílias que moram às margens de rios, em dez municípios, a produzir açúcar mascavo. Iniciativas como a da Coca-Cola só comprovam que, com incentivo, o cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia tem tudo para deslanchar. Apesar de ainda ser pequena, nos últimos três anos, a produção de açúcar mascavo alcançou um aumento considerável: 30 toneladas em 1995, 104,4 toneladas em 1996 e 270 toneladas no ano passado.

Mesmo assim, ainda hoje o cultivo de cana-de-açúcar limita-se aos estados do Amazonas e de Roraima. No primeiro, nas cidades da microrregião do Juruá e Médio Amazonas, com destaque para os municípios de Eirunepé, Ipixuna, Itamarati e Presidente Figueiredo, com 95% da produção do estado. Em Roraima, as áreas produtoras são Amajari, Caroebe e São João da Baliza. Nos outros estados, não existem registros do cultivo do produto.

O estudo das potencialidades econômicas da região indica também o Amapá como área propícia para a cana-de-açúcar, mais especificamente as regiões de Macapá e Santana. De acordo com os cálculos do estudo, o plantio da cana em 20 hectares exigiria um investimento de R\$ 37,4 mil para produzir 120 toneladas de açúcar mascavo por safra (junho a novembro). No período, o faturamento seria de R\$ 42 mil, com seis funcionários e o mercado regional como principal consumidor. ■

Criação de peixes exige mais viveiros e alevinos

A criação de peixes é uma das atividades que mais cresce na Amazônia. Todos os estados da região possuem estações de piscicultura, mas é no Acre que a atividade encontra-se em melhor estágio.

O estado é o maior produtor de peixes em cativeiro na região, com 3 mil açudes e cerca de mil produtores rurais com criações em regime extensivo e intensivo, com produtividade de 3 mil toneladas por hectare/ano. Os municípios que se destacam na produção de peixes são Sena Madureira, Brasília, Assis Brasil, Epitaciolândia, Xapuri, Santa Rosa e Manuel Urbano.

O Amazonas tem a vantagem de contar com três estações próximas à capital: Presidente Figueiredo, Itacoatiara e Manacapuru. Das outras cidades do estado, 48% possuem projetos de piscicultura financiados.

Um dos problemas mais comuns no Amazonas é a falta de peixe fresco pa-

ra consumo durante a entressafra. O preço do produto congelado, nesta época, sobe muito, inibindo a comercialização. A oferta constante do produto só será possível com o aumento da produção em viveiros.

Um projeto para quatro viveiros, em uma área de dois hectares, prevê investimento de R\$ 187 mil. A produção esperada é de 2,1 mil tambaquis por viveiro ao final do período de 36 meses, totalizando 10,5 toneladas, considerando-se um peso médio de cinco quilos (eviscerado). O retorno do capital acontece a partir do terceiro ano, com um lucro líquido estimado em R\$ 50,3 mil.

A grande barreira a ser transposta é a oferta de alevinos de espécie amazônicas produzidas na região, ainda insuficiente para atender a demanda dos piscicultores. A exceção fica por conta do tambaqui, cujas técnicas de protocolo hormonal, incubação e eclosão de ovos já estão mais desenvolvidas. ■

Aumento do consumo estimula madeireiras

Luclana Franco De Belém

A Gethal do Amazonas, indústria madeireira instalada em Itacoatiara (AM) há vinte anos, é a maior exportadora de madeira do estado. Neste ano, deverá gerar divisas de US\$ 12 milhões com a venda de 20 mil metros cúbicos de lâminas de madeira e compensados no mercado externo, o que representa cerca de 60% de sua produção. Apesar do bom desempenho, as exportações da empresa estão em queda e devem se situar em patamares 30% inferiores ao total exportado no ano passado.

"A retração dos preços no mercado externo e a defasagem cambial da moeda brasileira frente a dos países asiáticos, maiores exportadores mundiais está pressionando a queda das vendas brasileiras", avalia Bruno Stern, diretor da empresa. A cotação do metro cúbico de compensado bási-

co para uso moveleiro caiu cerca de 40% no último ano.

Mesmo assim, investir em madeira no Amazonas tem tudo para ser um bom negócio. Estimativas da FAO indicam que há uma tendência de crescimento no consumo de laminados, compensados e demais chapas de madeira - até o ano 2010, haverá um acréscimo de 121% em relação a esses produtos.

Além disso, devido a pressões ambientalistas verificou-se uma queda na oferta de madeira no sudeste asiático e nos Estados Unidos. O fato propiciou um espaço maior aos produtores brasileiros no mercado internacional.

Para uma indústria madeireira de laminados e compensados, segundo o estudo das potencialidades da Amazônia, seria necessário um investimento de R\$ 20,17 milhões. No segundo ano, com 80% da capacidade de produção e 719 funcionários, o faturamento estaria em R\$ 23,8 milhões. ■

DOSSIÊ Oportunidades na Amazônia

Caminhos para consolidar os investimentos

A implantação da infra-estrutura é fundamental para diminuir as desigualdades regionais e aumentar a prosperidade dos projetos econômicos

Aldo Renato Soares de Manaus

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) decidiu incluir no estudo sobre as potencialidades da região mapas de cada estado, indicando as atividades econômicas que podem ser desenvolvidas. A área destinada, por exemplo, para a cultura de grãos em Rondônia aparece no mapa do estado ao lado da infra-estrutura existente. O objetivo é orientar os potenciais investidores, porque historicamente o isolamento é um dos entraves para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Este ano, a situação começa a mudar com a inauguração da BR-174, que liga Manaus a Venezuela, passando pela capital de Roraima, Boa Vista. A nova rodovia será para Roraima o que a Belém-Brasília representou para Tocantins. A BR-174 corta de Norte a Sul o estado de Roraima, permitindo a sua interconexão com dezenas de estradas estaduais.

Através da BR-401, que liga Boa Vista à cidade de Bonfim, na fronteira com a Guiana, será possível o acesso aos mercados do Suriname e da Guiana Francesa. O governador do Amazonas, Amazonino Mendes, promete entregar antes do final do seu novo mandato a BR-319, que liga Manaus à capital de Rondônia, Porto Velho.

As autoridades estaduais temem que os cortes orçamentários do governo federal possam atrasar o cronograma de obras, mas o governador amazonense garante que, se for o caso, termina a obra com recursos próprios. O trecho do Amazonas da BR-174 foi feito basicamente com recursos do governo estadual. O superintendente da Suframa, Mauro Costa, diz que a implantação da infra-estrutura é fundamental para a atração de novos investimentos na

Amazônia Ocidental. "Não adianta só conceder incentivos fiscais se não existe uma boa infra-estrutura".

Os incentivos fiscais foram criados para integrar a região Amazônica ao resto do País e reduzir as desigualdades em relação ao Centro-Sul. Sem infra-estrutura os projetos não prosperam e as desigualdades regionais permanecem. Os técnicos da Suframa acreditam também no aproveitamento da hidrovia Amazonas-Maranhão, que já é usada, em pequena escala, no comércio entre Brasil e Peru.

A interligação Atlântico-Pacífico pelo Rio Amazonas vai permitir alternativas de interação rododiflúvia e ferroviário-fluvial, via Peru, nos portos de Paita e Bayovar, no Pacífico. Através dos rios Amazonas e Putumayo, a região poderá se integrar com a Colômbia e o Equador. Outra saída pelo Pacífico poderá ser feita usando-se a hidrovia do Rio

O isolamento tem sido um entrave para que a região se desenvolva

Madeira, a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), fazendo ligação com os portos peruanos de Maldonado e Ilo.

A hidrovia Madeira-Amazonas já está implantada e existe interesse em explorar a potencialidade de navegação do Rio Branco, afluente do Rio Negro. O Rio Branco corta o estado de Roraima, onde existe uma área de cerrados de 1,5 milhão de hectares, apta para o plantio da soja. A Hermasa pretende escoar a futura produção de soja de Roraima pelo Rio Branco, utilizando o terminal de Itacoatiara, como é feito atualmente com a soja produzida no Norte do Mato Grosso.

Até o final do ano estará concluída a ligação da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, com Boa Vista, o que permitirá a futura eletrificação de todo o trecho da BR-174 e o abastecimento da capital de Roraima.

A partir de 1999, a Petrobras aumentará a produção de petróleo para 45 mil barris/dia, 1,45 mil metros cúbicos de GLP e seis milhões de



Novas ligações
Investimentos em infra-estrutura ampliam acesso aos mercados

Obra vai permitir a exploração de jazidas

Luciana Franco de Belém

Apesar de ainda não serem exploradas comercialmente, as duas jazidas de gás natural existentes no estado do Amazonas possuem imenso potencial de produção – cerca de 20 bilhões de metros cúbicos. Isto significa que a menor delas, a de Uruçu, que detém 30% desse volume poderia suprir a demanda de energia elétrica da cidade de Manaus – cerca de 500 megawatts por hora – por sessenta anos ininterruptamente. Apesar do enorme potencial de produção, o principal entrave para o consumo de gás tem sido o transporte do produto, que deve se dar através da implantação do gasoduto Brasil/Bolívia.

Enquanto as negociações políticas se prolongam entre os interessados na distribuição deste produto – o governo do estado do Amazonas, a Petrobras, e Centrais Elétricas de Amazonas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – estão sendo produzidos 1,8 milhão de metros cúbicos diariamente na jazida de Uruçu, localizada no município de Coari. "Na reserva de Uruçu o gás está associado ao petróleo, o que nos obriga a extraí-lo diariamente junto com o petróleo e depois reinjetá-lo no solo", explica José Augusto Carrinho, gerente de Planejamento da refinaria Isaac Sabbá, que a Petrobras mantém em Manaus.

O gerente explica que neste caso o gás natural é um subproduto do petróleo. Diariamente são extraídos 34 mil barris de petróleo da reserva de Uruçu e o gás acaba sendo extraído junto com o petróleo. Após passar por uma planta de gás natural é purificado em uma estação de compressores e reinjetado no solo. No caso da reserva de Jurá, que detém 70% da capacidade de produção da região – distante 100 quilômetros de Uruçu – o gás natural só será extraído quando houver viabilidade comercial para a produção.

"Se considerarmos somente o consumo de energia elétrica do estado do Amazonas, a demanda seria de 3 milhões de metros cúbicos por dia, enquanto a nossa capacidade de produção é de 9 milhões de metros cúbicos por dia", diz o técnico da Petrobras. Entre as vantagens do gás natural destacam-se a facilidade de queima do combustível, que é menos poluente, e a redução dos custos. No mercado do Amazonas, por exemplo, o combustível produzido a base de gás natural é 50% mais barato que o produzido a partir do petróleo. "Isso porque o combustível líquido tem de ser transformado em gasoso antes de ser queimado, o que já não acontece com o gás", explica Carrinho.

Os principais mercados da região Sul e Sudeste do País já estão utilizando o gás natural produzido principalmente nas bacias de Santos (São Paulo), Campos (Rio de Janeiro), no litoral da Bahia e litoral do Nordeste. Para tornar viável o consumo no Norte, a Petrobras está construindo um gasoduto de Coari até Tefé, de onde o produto será transportado até Manaus e consumido sob a forma de energia elétrica. "A tendência deste setor é de crescimento. A participação do gás na matriz energética brasileira, que se situa atualmente em apenas 2% deverá saltar 10% no ano 2000 e para 12% em 2010", diz Carrinho. ■

Hidrovia diminui os custos de transporte

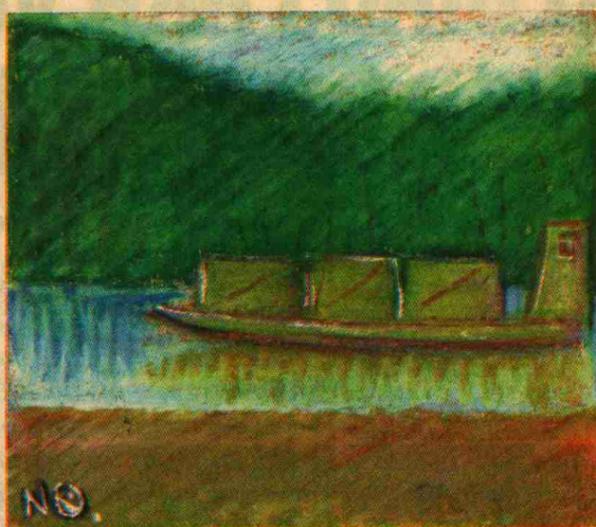
A Hermasa, empresa de navegação do grupo Maggi e do governo do Amazonas, que explora a Hidrovia do Madeira, deverá exportar no próximo ano 650 mil toneladas de soja pelo terminal de Itacoatiara, no Rio Amazonas. Este ano, a empresa exportou 550 mil toneladas do produto. No futuro, os embarques devem crescer ainda mais, com a incorporação de novas áreas produtoras no Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima.

A maior parte da soja exportada hoje pelo terminal de Itacoatiara é produzida no Norte do Mato Grosso, na região de Rondonópolis, onde o grupo Maggi planta 42 mil hectares do grão. A Hidrovia Madeira-Amazonas deu novo alento aos produtores de Rondônia, que antes escoavam a safra, de caminhão, até o porto de Paranaguá, no Paraná, com um custo de até US\$ 75 a tonelada. Pela hidrovia, o custo cai para US\$ 40 a tonelada.

A Hermasa também está investindo em novas hidroviáveis. A empresa vai fazer em dezembro uma viagem pioneira ao Peru, levando um comboio de balsas carregado de soja, milho, açúcar, café e algodão. Parte da carga será carregada em Porto Velho e parte em Manaus. Da capital amazonense, o comboio subirá o Rio Solimões e entrará no Peru pelo Rio Marañon. A mercadoria será desembarcada no porto de Saramiriza. Na volta, o comboio carregará fosfato e derivados de petróleo para os portos de Manaus e Porto Velho.

A viagem ainda não tem data marcada porque estão sendo negociados os detalhes com o governo e as empresas peruanas. A safra agrícola do Peru foi seriamente afetada pelo fenômeno El Niño e o país deverá aumentar as importações de produtos agrícolas do Brasil.

A iniciativa tem, também, o objetivo de testar a navegabilidade dos rios Amazonas e Marañon e inaugurar o que poderá ser o futuro corredor bioceânico, ligando o Pacífico ao Atlântico – integrando os países



andinos ao Brasil – e oferecendo aos produtos nacionais a opção de um porto no Oceano Pacífico. Com a saída, pelo Peru, os produtos brasileiros ganhariam tempo e competitividade para chegar aos mercados da Ásia.

Saramiriza fica a 650 quilômetros do porto de Paita, no Oceano Pacífico. Cerca de 150 quilômetros da estrada que liga as duas cidades estão asfaltados. O porto fluvial de Saramiriza é usado como terminal de distribuição de derivados de petróleo para o interior peruano. "Nossa intenção é buscar novas oportunidades de negócios para os dois países", diz o diretor superintendente do grupo Maggi, Luiz Antonio Pagot.

O comboio da Hermasa deverá ser composto por dois rebocadores e duas balsas, cada uma com capacidade de transportar 600 toneladas. As embarcações vão percorrer 3.500 quilômetros de Porto Velho a Saramiriza.

O grupo Maggi, que tem sede em Rondonópolis (MT), é o maior produtor de soja do Brasil, tendo plantado na safra 97-98 cerca de 42 mil hectares e produzido 150 mil tonela-

metros cúbicos de gás natural diariamente. Está sendo construído um poliduto de 270 quilômetros, ligando a Bacia do Uruçu, onde estão as reservas de petróleo e gás natural, ao Rio Amazonas, onde haverá um porto de embarque de óleo e gás para Manaus. O óleo e o gás serão utilizados, principalmente, na produção indus-

trial e na geração de energia elétrica. O custo da energia no Amazonas, que hoje é de R\$ 120 o megawatt/hora, vai cair para R\$ 40. "O uso do gás natural vai reduzir ainda mais o custo de investimentos na Amazônia Ocidental", prevê Costa.

A médio prazo o gasoduto se estenderá até Porto Velho e Rio Branco,

a capital do Acre, barateando o custo da energia nesses estados. O município de Humaitá (Amazonas), às margens do Rio Madeira, poderá constituir-se em um importante pólo agroindustrial com a chegada do gás. A região possui uma área de 1,5 milhão de hectares de cerrados que deverá ser destinada à produção de soja. ■

de Manaus, embarca para o mercado peruano açúcar e revestimentos cerâmicos. O açúcar é produzido pelo grupo Itamarati, do empresário Olacir de Moraes, no Norte de Mato Grosso, e os azulejos são fabricados pela Cecrisa, de Criciúma (SC).

Alfredo Quina, representante do grupo Itamarati no porto peruano de Iquitos, afirma que a empresa tem 54% do mercado peruano de açúcar. No ano passado, foram embarcadas para o Peru 26 mil toneladas de açúcar Itamarati com um faturamento de US\$ 6 milhões. As vendas de revestimentos cerâmicos ainda não são significativas – há dois embarques por ano, num total de 55 mil metros quadrados e US\$ 270 mil de receita.

O Brasil chegou a vender mais de 10 mil toneladas de cimento ao Peru, mas o produto perdeu competitividade com o cimento produzido na Colômbia e Venezuela. O cimento venezuelano da Cemex (Cimentos Mexicanos S.A.), colocado no porto de Pertigale (Venezuela), custa US\$ 49 a tonelada. O mesmo preço é praticado pelos colombianos. Em Manaus, o cimento produzido na cidade pelo grupo João Santos, custa no porto US\$ 81 a tonelada.

Com a integração do Mercosul à Comunidade Andina de Nações (CAN) – Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela –, a expectativa é que o comércio entre a Amazônia Ocidental e os países andinos seja intensificado. Os cinco países da CAN têm um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 540 bilhões. "O Brasil ainda não conhece as potencialidades econômicas dos países andinos", diz Quina.

Este ano, a Equatorial está embarcando para o Peru mais de 10 mil toneladas de tubos e equipamentos para o campo de gás natural de Camisea, uma das maiores reservas de gás natural da América Latina. A brasileira Norberto Odebrecht participa do projeto de exploração do gás peruano.

Quina, um peruano naturalizado brasileiro, acredita que a Amazônia será um importante fornecedor de produtos para os países andinos. "Com a ligação rodoviária entre Acre e Peru pronta, mais a sinalização dos rios da região, o comércio com aquele país crescerá muito". Os países andinos são abastecidos principalmente pelos Estados Unidos.

A conclusão da BR-174 já está incrementando o comércio entre a Amazônia Ocidental e a Venezuela. Outra vantagem da saída rodoviária pelo Peru é que os produtos da Amazônia Ocidental terão uma nova rota para os mercados da Ásia. Segundo Pagot, o acesso ao Oceano Pacífico vai beneficiar principalmente produtos industriais, de maior valor agregado. O custo do transporte da soja até o Peru, em comboios pelo Rio Solimões, custaria mais do que o transporte feito pela hidrovia Madeira-Amazonas.

Além da distância ser maior, os rios precisariam ser balizados para dar mais segurança no transporte das barcas carregadas. Este trabalho já está consolidado na hidrovia Madeira-Amazonas. Pagot luta agora para que seja feito o balizamento do braço norte da foz do Rio Amazonas para permitir, com apoio de sinalização eletrônica, a entrada de navios de até 150 mil toneladas até o terminal de Itacoatiara. Ele calcula que com R\$ 3,7 milhões é possível viabilizar o acesso desses supernavios.

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) fez este ano, em Belém, um seminário para discutir o projeto que reuniu representantes dos ministérios da Marinha, dos Transportes, governos do Amazonas e Pará, além de várias empresas que são clientes em potencial de navios desse tipo, como a Alcan, Alcoa, Petrobras e a Companhia Vale do Rio Doce. ■

(A.R.S.)